

# CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

## ATA N.º 13/2012

DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DO DIA VINTE E UM DE MAIO DE DOIS MIL E DOZE

(Contém 26 folhas)

### MEMBROS PRESENTES:

PRESIDENTE **Sofia Machado do Couto Gonçalves**-----  
VEREADOR **José Élio Valadão Ventura**-----  
VEREADOR **Duarte Nuno Machado Veríssimo**-----  
VEREADOR **António Lima Cardoso Ventura**-----  
VEREADOR **Luís Guilherme Duarte Brasil**-----  
VEREADOR **Anselmo José da Rocha Barcelos**-----  
VEREADOR **Artur Manuel Leal Lima**-----

### MEMBROS AUSENTES:

PRESIDENTE -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----  
VEREADOR -----



No dia 21 de maio de 2012, realizou-se no edifício da Junta de Freguesia da Serreta a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.-----

Pelas vinte horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião.-----

### **Período da Pré Ordem do Dia**

A Presidente, após saudação, começou por explicar o funcionamento das reuniões públicas da Câmara Municipal e passou de seguida ao período de informações. Indicou que está a ser feito um levantamento dos prejuízos causados pelo mau tempo, salientando que houve intervenção imediata por parte dos serviços, principalmente nas quatro freguesias mais afetadas: Porto Judeu, São Sebastião, Feteira e Ribeirinha, particularmente na primeira. Salientou que essa avaliação servirá de base para as medidas a tomar.-----

A Presidente informou que dentro em breve haverá o condicionamento na utilização dos parques de estacionamento do Bailão e Largo Prior do Crato para as festas Sanjoaninas.-----

A Presidente deu conta que no dia 10 de maio teve lugar o lançamento do livro “Quem Somos Nós – o código da criação”, de Susana Cor de Rosa. No dia 15 de maio a conferência de imprensa de apresentação do Concurso AngraRock. A 16 de maio, na Praça Velha, deu conta que decorreu a cerimónia de abertura do 2º Campeonato do Mundo de Atletismo Síndrome de Down, no Estádio João Paulo II da iniciativa da Secretaria Regional da Educação e Formação, com a colaboração prevista em reunião de Câmara. Indicou de seguida que o dia 20 de maio ficou marcado pela entrega de troféus e jantar de encerramento do supracitado campeonato do mundo. Nos dias 25 e 26 de maio informou que marcará presença numa reunião dos presidentes de câmara das cidades património mundial do sul da Europa e Mediterrâneo, a decorrer na Bósnia Herzegovina. Informou ainda que nos dias 30, 31 de maio e 1 de junho decorre em Bruges o congresso anual do “World Heritage Cities and the XXI century”, para o qual o Concelho foi convidado. A Presidente fez ainda menção à agenda cultural dos próximos dias.-----

O Vereador José Élio Ventura informou que a Teramb, na sequência de um contacto da Quercus, pelo Dr. Rui Maia, fez uma visita a unidades de tratamento de resíduos, designadamente a VALNOR, a MANSUR e a TRATOLIXO. Indicou que em algumas situações havia a solução de produção de energia a partir do biogás, o que seria altamente rentável. Reportou que, noutra situação tal era pouco produtivo. Acrescentou que foi feita uma outra visita, a uma unidade de tratamento mecânico-biológico, com a seleção dos vários tipos de resíduos, enfardamento e encaminhamento para reciclagem e valorização. Adiantou que poderá posteriormente dar uma explicação mais detalhada sobre o assunto. Deu nota que este contacto da Quercus surge no âmbito da realização do projeto de valorização energética para que se tivesse conhecimento das várias possibilidades.-----

O Vereador José Élio Ventura reportou-se de seguida a uma questão anteriormente referida sobre o alargamento do horário do Mercado Duque de Bragança. Apontou ter sido contactado pelos comerciantes, na sequência do abaixo-assinado remetido à Câmara Municipal e de ter manifestado a dificuldade em identificar os comerciantes e as bancas respetivas neste abaixo-assinado. Destacou que há um grupo de empresários que realmente quer o alargamento do horário, enquanto outro grupo não pretende que tal aconteça. Acrescentou que manifestou a disponibilidade da Câmara Municipal em assumir os custos deste alargamento de horário. Ressalvou a dificuldade de conciliar as duas posições dos comerciantes, nomeadamente em relação à segurança dos espaços dos empresários que não concordam com o referido alargamento. Concluiu que se está a aguardar uma revalidação do abaixo-assinado, com as devidas identificações.-----

A Presidente colocou de seguida à votação a inserção dos pontos fora da agenda, aprovada por unanimidade pelos Vereadores.-----

A Presidente pôs à discussão e votação a ata número oito de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PSD. Passou de seguida à discussão e votação da ata número nove de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PS e duas do PSD. Seguiu-se a discussão e votação da ata número dez de 2012, aprovada por maioria, com uma abstenção do PS e duas do PSD.-----

O Vereador António Ventura tomou a palavra, saudando os presentes e ressaltando a importância das reuniões públicas e da intervenção do público. Começou por se referir à

intempérie natural que se fez sentir na ilha Terceira recentemente, com especial enfoque para as freguesias mais afetadas económica e socialmente. Ressalvou que a preocupação do PSD se prende com a resposta social e económica relativamente às habitações e à agricultura. Deu conta que gostariam de saber, tanto a nível local como regional, que atuações estão previstas e o prazo para a conclusão do levantamento que está a ser efetuado.-----

O Vereador António Ventura indicou de seguida que os Vereadores do PSD têm recebido algumas queixas sobre a demora na decisão política relativa às Candidaturas de Interesse Municipal, dos anos 2010/2011/2012. Destacou que as candidaturas envolvem um número considerável de juntas de freguesia e entidades particulares. Concluiu que foram criadas expectativas, sublinhando que este é um regulamento de 2009 e que grande parte das ações já foram realizadas.-----

O Vereador António Ventura recordou que entregou, em agosto do ano transato uma proposta para um Conselho Intermunicipal da Tourada à Corda, reiterando as preocupações que existem ao nível das taxas, da segurança, do próprio touro, entre outras. Referiu que a ideia foi bem acolhida pelo Concelho da Praia da Vitória que sugeriu que a Câmara Municipal de Angra avançasse com uma proposta de regulamento. Nesse sentido, anotou a importância da celeridade do processo, sublinhando a importância de serem ouvidas as partes envolvidas, que têm interesses diferentes. Indicou, a propósito, que ouviu no programa “Bom Dia” que será criada uma comissão de mordomos e que a principal reivindicação destes são as taxas das touradas.-----

O Vereador António Ventura deu, seguidamente, conta de outra preocupação, relativamente ao Parque Industrial. Explicou ter recebido queixas em relação ao facto de, à noite, se juntarem determinados grupos de carros e motas para fazerem corridas. Indicou ter informação que a situação é recorrente e que inclusive já se deslocam tascas para o local. Assim, apontou a importância de a Câmara Municipal alertar a PSP para esta situação.-----

O Vereador António Ventura referiu ainda ter recebido queixas de moradores do Bailão por causa das festas Sanjoaninas. Anotou que o assunto não é novo, acrescentando

julgar que estes moradores vão solicitar uma reunião à Câmara Municipal para exporem as suas preocupações e os seus pontos de vista. Deu nota que estes moradores não estão contra o ruído, mas contra o facto de se prolongar até às quatro da manhã. Apontou ainda que os moradores estão a equacionar a possibilidade de apresentar uma Providência Cautelar, por forma a vincarem a sua posição. Concluiu que terão de refletir sobre este assunto.-----

O Vereador António Ventura informou ter recebido queixas de alguns agricultores, principalmente dos que têm terrenos confinantes com as estradas municipais, que verificaram um aumento de detritos, nomeadamente de garrafas de água que são atiradas para os seus terrenos pelos munícipes que fazem caminhadas. Ressalvou que as queixas são relativas às zonas de São Sebastião, Ribeirinha, Porto Judeu e Feteira. Apontou que a proposta é no sentido de a Presidente em contacto com os Presidentes de Junta das referidas freguesias, verificar essa situação e eventualmente desenvolver alguma ação de sensibilização da população nestas localidades. -----

O Vereador António Ventura referiu ainda que está a decorrer uma petição para que seja fechada a Rua da Palha na sua totalidade, indagando se esta já deu entrada na Autarquia. A Presidente deu conta de não ter conhecimento da petição, mas sim de cartas relativas a este assunto. O Vereador Artur Lima ressalvou que este assunto já tem cerca de três anos.-----

O Vereador António Ventura indicou que o proprietário da pocilga junto à nova Escola da Ribeirinha está à espera da visita dos técnicos da Câmara Municipal. A Presidente respondeu que esta visita está agendada para quarta-feira.-----

Em relação à demora na resposta às Candidaturas de Interesse Municipal, a Presidente indicou que os valores são bastante elevados e que houve alguns atrasos na análise dos processos, anotando que possivelmente virão à próxima reunião.-----

A Presidente recordou que a elaboração da proposta de regulamento para o Conselho Intermunicipal da Tourada à Corda está no gabinete jurídico.-----

No que concerne às corridas no Parque Industrial, a Presidente deu conta de ter ouvido falar destas há algum tempo, pensando que teriam terminado. Informou que irá reportar as queixas à PSP.-----

A Presidente reportou-se de seguida à questão das queixas dos moradores por causa do ruído durante as festas Sanjoaninas, dando conta que foi abordada, há cerca de duas semanas, por uma moradora que lhe manifestou preocupação com o facto de ter ouvido que não haveria limite estabelecido para a licença de ruído, questão que anotou que virá a reunião de Câmara. Relativamente à Providência Cautelar, a Presidente referiu que é uma questão recorrente, indagando sobre o desenvolvimento que terá no corrente ano.--

Relativamente às queixas dos agricultores sobre o arremesso de garrafas de água vazias para os seus terrenos, a Presidente afirmou que poderá recolher alguma informação junto dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

O Vereador Luís Brasil recordou uma proposta feita pelo PSD em julho do ano transato sobre a possibilidade de se aumentar ou de recuperar o número de trilhos turísticos existentes no Concelho de Angra, que anotou que têm vindo a diminuir desde a década de noventa. Recordou que a proposta foi aprovada na Assembleia Municipal no mesmo mês, por unanimidade, tendo sido encaminhada para a entidade competente. Nesse sentido, deixou a nota que passou quase um ano, não se tendo verificado qualquer desenvolvimento. Ressalvou, a propósito, o potencial da freguesia da Serreta neste âmbito, bem como ao nível do agroturismo. Abordou, ainda, a questão da desertificação da freguesia nas últimas décadas, considerando que o binómio agroturismo e turismo de natureza poderia ter um impacto muito positivo na freguesia.-----

A Presidente recordou que a Câmara Municipal assinou um protocolo com a Associação “Os Montanheiros” que tem desenvolvido vários trilhos pedestres, anotando que poderá não ser exatamente o que estava previsto na supracitada proposta.-----

O Vereador Luís Brasil deu conta que “Os Montanheiros” fazem um programa de trilhos anual, diferenciando o mesmo do que foi recomendado pelo PSD e aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal, que diz respeito a trilhos fixos, à semelhança de um que existe na freguesia da Serreta desde os anos noventa.-----

O Vereador Anselmo Barcelos dirigiu uma questão relativa aos semáforos do Caminho de Baixo. A Presidente ressaltou que esta não é uma competência da Câmara Municipal e que tem vindo a dar conta da informação que dispõe, a qual lhe foi transmitida e que tem vindo a ser reportada tanto na Câmara como na Assembleia Municipal.-----

O Vereador Anselmo Barcelos referiu-se de seguida à Casa Mortuária da freguesia da Serreta, indagando para quando está prevista a conclusão da mesma. A Presidente respondeu que esta tem vindo a ser comparticipada, em termos de delegação de competências anualmente. Indicou que no próximo ano terá de lhe ser consignada uma verba maior para que a obra avance.-----

O Vereador Artur Lima tomou a palavra, reiterando a questão dos semáforos do Caminho do Baixo, anotando que os mesmos já nem estão intermitentes, mas sim apagados. Recordou, de seguida, o número de vezes que este assunto foi abordado, anotando que continua à espera da fundamentação do parecer da Comissão Municipal de Trânsito. Relembrou já ter chamado a atenção para o número de acidentes nesse local, fazendo nova menção ao perigo que este constitui. Ressaltou que no passado era permitido na Canada Nova o trânsito no sentido ascendente e que, por uma questão de comodidade de uma minoria, passou a fazer-se apenas no sentido descendente. Nesse sentido, manifestou que esta questão terá de se resolver de uma vez por todas, inquirindo a Presidente sobre quem é que tem competência para tomar decisões em relação aos semáforos. A Presidente disse ser competência da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos. O Vereador Artur Lima sugeriu que se dirijam, de imediato, às Obras Públicas, no sentido de resolver esta questão.-----

O Vereador Artur Lima apontou de seguida uma outra situação de perigo eminente, na Ribeirinha, concretamente no Terreiro das Covas, relativa à pintura de riscos no chão, que permitem voltar à esquerda em cima de uma curva. Recordou já ter levantado esta questão anteriormente, antes do mandato do atual executivo. Nesse sentido, sugeriu que sejam pintados dois riscos contínuos, por forma a evitar acidentes. A Presidente deu conta que será enviado ofício para a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.-----



O Vereador Artur Lima questionou se já começaram a ser aplicadas as coimas aos bares do Porto das Pipas, dando conta de ter a informação que foram levantados cerca de trinta autos. A Presidente respondeu que está a decorrer ainda o processo de contraordenação dos dezasseis autos levantados, conforme recordou ter informado na última reunião de Câmara. O Vereador Luís Brasil deu conta de o prazo para a instrução ser de sessenta dias após a data do despacho. A Presidente retorquiu que, na sequência de informação dada pela PSP, a própria deu o mesmo despacho a todas as situações: que fosse instruído o processo de contraordenação. O Vereador António Ventura recordou que teve uma reunião com o Comandante da PSP em março do corrente e que na altura este lhe referiu a existência de dezasseis autos. A Presidente confirmou, anotando que os proprietários terão de ser ouvidos, após receberem a comunicação da contraordenação. O Vereador Luís Brasil indicou que, depois de serem notificados, têm quinze dias para se pronunciarem. O Vereador António Ventura questionou se os proprietários foram informados. A Presidente respondeu afirmativamente.-----

### Período da Ordem do Dia

## **DELIBERAÇÕES LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES**

### Suspensão/condicionamento de Trânsito

Ent. 2365 – Pedido efetuado por **Brito Manuel Cardoso Fraga**, com vista à suspensão de trânsito na Estrada Regional n.º 6-2ª – freguesia de São Bartolomeu, no dia 25 de maio de 2012, das 18:00 às 22:00 horas, destinada à distribuição do 1.º bodo do império do Terreiro da supramencionada freguesia, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março. O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2526 – Pedido efetuado pelo **Império do Divino Espírito Santo do Outeiro**, com vista à suspensão de trânsito na Rua das Maravilhas, freguesia da Conceição, no dia 23 de maio de 2012, das 15:00 à 1:00 horas, nos dias 25, 26, 27 e 29 de maio de 2012, das 21:00 à 1:00 horas, no dia 27 de maio de 2012, das 9:00 às 14:00 horas e no dia 8 de maio de 2012, das 10:00 à 1:00 horas, destinada à realização das festas em honra do Divino Espírito Santo no Outeiro, freguesia da Conceição, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março. O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

**A Presidente da Câmara ausentou-se da reunião no momento da discussão e votação deste assunto, em virtude de se encontrar impedida, nos termos do artigo 44.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo.**-----

Ent. 2378 – Pedido efetuado pelo **Colégio de Santa Clara**, com vista à suspensão de trânsito na Av. Tomás de Borba – Pico da Urze, desde o colégio de Santa Clara até ao entroncamento da Rua Capitão João D’Ávila e vice-versa, freguesia de São Pedro, no dia 14 de maio de 2012, das 9:45 às 10:45 horas, destinada à procissão de Nossa Senhora de Fátima, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Ent. 2484 – Pedido efetuado por **César Alexandre Pacheco Medeiros**, com vista à suspensão de trânsito na Canada de Belém, no espaço compreendido entre a Canada da Luz e o entroncamento com a Canada dos Diabretes, freguesia da Terra Chã, nos dias 9, 10, 12 e 13 de maio de 2012, das 21:00 à 1:00 horas, destinada à realização das festas em louvor do Divino Espírito Santo, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de

Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

Ent. 2414 – Pedido efetuado por **José Carlos Pinheiro Fernandes**, com vista à suspensão de trânsito no Largo e cruzamento da Canada de Belém, Estrada Regional n.º 6-2ª que entronca com a Canada de Belém e Canada da Luz, freguesia da Terra Chã, no dia 11 de maio de 2012, das 21:30 à 1:00 horas, destinada à realização de um espetáculo público, para ratificação do ato praticado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, em conformidade com o n.º 3, do artigo 68.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, ratificou o ato praticado pela Presidente da Edilidade.**-----

#### **Isenção de Taxa**

Ent. 322 – Pedido de isenção de taxa, efetuado pelo **COFIT – Comité Organizador de Festivais Internacionais da Ilha Terceira**, referente à colocação de cartazes, no âmbito do Festival Internacional de Folclore dos Açores, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 1, do artigo 5.º, do Regulamento Municipal de Taxas. O valor da taxa a pagar é de €32,39. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou isentar as devidas taxas na sua totalidade.**-----

## **DELIBERAÇÕES OPERAÇÕES URBANÍSTICAS**

#### **Isenção de pagamento de taxa**

Processo n.º 01/2008/74 - Requerimento datado de 1 de março, do corrente ano, de **Maria de Jesus Pimentel da Ponte Espínola**, residente no Caminho da Esperança, n.º 42, freguesia de Porto Judeu, para decisão do órgão executivo, nos termos do n.º 2, artigo 5º, do Regulamento Municipal de Taxas, a isenção do pagamento, no todo ou em

parte, da taxa devida pela emissão do alvará de construção nº 161/2010, referente às obras de ampliação da moradia sita no Caminho da Esperança, n.º 42, freguesia de Porto Judeu. Encontra-se munido de pareceres do Chefe da Divisão da Unidade de Planeamento e Gestão Urbanística e Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, quanto ao pedido de isenção da taxa devida. – **A Câmara Municipal deliberou retirar este assunto, a fim de serem reunidos mais dados sobre o pedido em causa.**-----

A Presidente explicou que esta requerente vai ser apoiada para a ampliação da sua moradia, para dois quartos, uma cozinha, uma casa de banho e uma sala. Indicou que tem uma filha com um bebé, uma família que disse ter dificuldades. A Presidente deu conta que o sentido do parecer é que o pedido seja encarado como habitação social, para isenção da respetiva taxa.-----

O Vereador António Ventura questionou o montante em causa. A Presidente respondeu que o valor da taxa é de trezentos e cinquenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos. O Vereador Artur Lima questionou o valor do apoio, que a Presidente disse não ser prestado pela Câmara Municipal, mas sim pela Secretaria Regional da Habitação.-----

O Vereador Artur Lima considerou que não se trata de habitação social, questionando ainda se as pessoas envolvidas têm emprego. Relativamente aos pareceres, o Vereador Artur Lima chamou a atenção para uma recomendação aprovada nesta Câmara Municipal, nos termos do artigo 73º, da Lei 169, que indica que os chefes de departamento têm de ser responsabilizados pelas informações prestadas e que, por isso, têm de indicar se o parecer é favorável ou desfavorável. Indicou que é a última vez que alerta para este facto e que, numa próxima vez apresenta um processo de averiguações por não cumprirem a deliberação camarária, aprovada há um ano, destacando que é isso que a lei estipula.-----

A Presidente leu a informação do técnico. O Vereador Artur Lima deu conta de não a ter. A Presidente concluiu que o parecer indica que podem entender o pedido como habitação social ou não. O Vereador António Ventura inquiriu se a carência da família foi comprovada pela referida secretaria. A Presidente indicou que é a secretaria que acompanha a situação e o processo, dando a sugestão que sejam, entretanto, reunidos dados concretos sobre a família. O Vereador Artur Lima reiterou que os chefes de

departamento não querem assumir as suas responsabilidades, reafirmando que estes têm de dar um parecer concreto, favorável ou desfavorável. Concluiu que, para o bem da administração pública, têm de responsabilizar as chefias. A Presidente reafirmou a questão de se poder entender ou não a situação enquanto habitação social, sugerindo que o assunto seja retirado para que sejam reunidos mais dados.-----

## **DELIBERAÇÕES DIVERSAS**

### **Doação de publicações do Município à Biblioteca da Escola Jerónimo Emiliano de Andrade**

Ent. 15 – Ofício n.º 2988, datado de 22 de dezembro de 2011, da **Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade**, solicitando a doação de publicações do Município para a biblioteca daquela Escola, para decisão do órgão executivo municipal, nos termos do artigo 64.º, n.º 4, alínea a) e ou b), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou doar um exemplar de cada das publicações disponíveis na Autarquia.**-----

### **Protocolo de colaboração entre a Região Autónoma dos Açores e o Município de Angra do Heroísmo**

Ent. 2538 - Proposta remetida pela **Secretaria Regional da Educação e Formação** referente ao protocolo de colaboração a celebrar entre a Região Autónoma dos Açores e o Município de Angra do Heroísmo, o qual tem por objeto a cedência da parcela de terreno para construção do pavilhão desportivo na freguesia de Santa Bárbara. Para aprovação do órgão executivo municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. – **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Edilidade e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, concordou com a celebração deste protocolo.**-----

A Presidente recordou que este ponto, e os três seguintes, tinham sido retirados na última reunião pública na freguesia da Sé para que o Governo Regional reiterasse o seu compromisso.-----

O Vereador António Ventura reafirmou que não confia neste processo, por razões históricas, que remontam ao primeiro projeto da escola e sobre o qual anotou já se terem pronunciado por diversas vezes. Considerou que este protocolo é o mínimo exigido e que por isso o PSD ia abster-se.-----

O Vereador Artur Lima indagou sobre a localização do terreno, que a Presidente disse ser o do antigo campo de jogos de Santa Bárbara. O Vereador Artur Lima inquiriu se o protocolo é para a construção do pavilhão, por parte do Governo Regional. A Presidente assentiu, acrescentando que a escola é da responsabilidade da Câmara Municipal. O Vereador Artur Lima indagou se serão ambas partes construídas ao mesmo tempo. A Presidente explicou que o processo se divide em duas partes, uma primeira de construção do Pavilhão, assumida pelo Governo, expressa neste protocolo e outra, de construção da escola de primeiro ciclo, da responsabilidade da Câmara Municipal.-----

Sobre este assunto, o Vereador Artur Lima lamentou que o Vereador António Gomes não estivesse presente nesta reunião, na sequência da discussão que teve lugar na reunião pública da freguesia da Sé, para lhe dar um exemplo concreto, denunciado pelo CDS, o das Velas de São Jorge, onde para a escola já foram orçamentados cerca de dois milhões durante vários anos e a mesma ainda não foi construída. Acrescentou que o protocolo era um passo necessário e que vai evoluir do voto contra para a abstenção, dando conta que significa um voto de confiança neste projeto. Anotou que ainda não existe data prevista para o início da obra. A Presidente deu conta de não ter conhecimento.-----

Sobre os pavilhões que estão a ser construídos nas freguesias do Concelho de Angra, o Vereador Luís Brasil chamou a atenção para que não se repita o erro cometido no Concelho da Praia, cujos pavilhões não conferem às freguesias a possibilidade de organizar eventos desportivos federados, servindo apenas localmente para a prática do exercício físico, que disse ser igualmente importante, mas limitador, porque não permite transferir para o meio rural eventos desportivos quando os pavilhões do centro urbano

estão sobrelotados com horários contínuos de utilização indevida, que provocam prejuízo social, familiar e escolar. Resalvou querer deixar esta preocupação, uma vez que houve esta prioridade política.-----

A Presidente concordou, nomeadamente em relação à utilização do Pavilhão Municipal, que funciona desde as oito da manhã à meia-noite. O Vereador Luís Brasil acrescentou ainda que a Terceira é a ilha com mais associações desportivas em exercício, anotando que as obras nos pavilhões das freguesias são meias obras, com propósitos dúbios, eleitoralistas, que não possibilitam organizações de eventos federados. A Presidente concordou que estes têm de ter as condições necessárias que disse ser o que se pretende neste caso.-----

O Vereador Artur Lima ressalvou a pertinência da intervenção do Vereador Luís Brasil, acrescentando a importância destas construções nas freguesias, pelo movimento que levam a estas zonas. Reiterou o exemplo do que foi feito no Concelho da Praia, que disse não ter servido para nada. A propósito, considerou que, para a Câmara Municipal e para o Governo, as freguesias devem ter todas o mesmo tratamento. Questionou se não é a Câmara Municipal que vai construir o pavilhão do Posto Santo. A Presidente respondeu afirmativamente. O Vereador Artur Lima indagou a razão de em Santa Bárbara ser o Governo fazê-lo, assinalando a questão do poder local e regional, que disse levar ao esbanjamento de fundos comunitários e de recursos. Assim, questionou quem é que vai fazer o pavilhão das Doze Ribeiras. A Presidente respondeu que, no caso da escola de Santa Bárbara, o pavilhão já estava previsto desde o primeiro projeto ser uma construção partilhada entre Governo e Câmara Municipal. O Vereador Artur Lima apontou que a competência da construção de escolas do primeiro ciclo é da autarquia e a de construção dos pavilhões é do Governo, concluindo ser uma questão de definição de critérios.-----

O Vereador Artur Lima manifestou que caberia à Câmara Municipal fazer um planeamento de infraestruturas desportivas para o Concelho, para que estas sirvam as comunidades. O Vereador António Ventura concordou. O Vereador Luís Brasil anotou que, nesse sentido, só existem estatísticas e não dados qualitativos que permitam uma avaliação global. O Vereador António Ventura reportou-se ao papel da Casa do Povo, que disse estar a perder-se, por haver uma multiplicação noutras entidades. O Vereador

Artur Lima ressaltou novamente o critério da construção dos pavilhões, uns pelo Governo e outros pela Câmara. A Presidente assinalou o peso, ao nível do orçamento, da construção e manutenção de pavilhões com capacidade para acolher organizações federadas, cujos critérios disse serem muito mais específicos. O Vereador Luís Brasil discordou.-----

O Vereador José Élio Ventura acrescentou que as questões associadas aos pavilhões e ao desporto em geral vão sendo definidas pelas épocas e pelas tendências de prática de um ou outro desporto, dando o exemplo dos campos de futebol noutra altura e atualmente dos pavilhões para a prática de futsal. Considerou que as estruturas que estão planeadas têm de ser pensadas, anotando que nem todas as freguesias podem ter uma infraestrutura dessas, devido aos custos que lhe estão associados. Concluiu que é preferível que tenham menos pavilhões com melhores condições. Não obstante, afirmou que os pavilhões que conhece em Angra e também na Praia são muito bons.-----

O Vereador Luís Brasil reiterou o peso da prática de desporto federado, que disse ter um papel importantíssimo no processo educativo e em atenuar as diferenças entre o meio urbano e rural. A Presidente concordou com a questão da dinamização das freguesias. O Vereador Luís Brasil concluiu a importância de ser encontrado um meio-termo em que a construção e manutenção não seja muito onerosa, mas que permita servir os fins desportivos e os benefícios para a freguesia onde sejam construídos para que haja alguma receita.-----

A Presidente colocou à votação este ponto e os três seguintes.-----

**Remodelação do projeto de execução para a construção da nova escola do ensino básico de Santa Bárbara – Pedido de Parecer Prévio**

Ent. 461 – Novamente presente a proposta de emissão de parecer favorável por parte do órgão executivo, com vista à prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia, nos termos do artigo 26.º, n.º 4, alínea b) e n.º 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro, pela Empresa Inplenitus – Arquitetura e Soluções Lda, tendo em vista a reformulação do projeto de execução para a construção da nova escola do ensino básico de Santa Barbara. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Edilidade e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções**



**dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, deliberou emitir parecer favorável quanto à aquisição do serviço em causa.-----**

#### **Cedência de Fração de Terreno em Santa Bárbara**

Ent. 800 – Novamente presente o pedido da **Secretaria Regional da Educação e Ciência** no sentido de ser cedida gratuitamente à Região Autónoma dos Açores a fração (A) onde será implantado um pavilhão desportivo, melhor identificada em planta para deliberação do órgão executivo, nos termos do artigo 64.º, n.º1, alínea f) e n.º 4, a) e b), da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Edilidade e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, deliberou ceder a fração (A) onde será implantado o pavilhão desportivo em causa.-----**

#### **Cedência de Projeto - Pavilhão Desportivo da Escola de Santa Bárbara**

Ent. 541 – Novamente presente a proposta da Presidente da Câmara, datada de 20 de abril findo, no sentido de ser cedido, a título gratuito, à Região Autónoma dos Açores o projeto relativo ao Pavilhão Desportivo da Escola de Santa Bárbara. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Edilidade e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, deliberou ceder a título gratuito, o projeto em causa.-----**

#### **Abertura de concurso público internacional**

Ent. 630 - Proposta da Presidente da Câmara Municipal, datada de 9 de maio, respeitante à abertura do concurso público internacional para a concessão das Zonas de Estacionamento Tarifado de Angra do Heroísmo, aprovação das respetivas peças concursais e designação de júri do mesmo procedimento. Para deliberação do órgão executivo municipal, nos termos dos artigos 36.º, n.º 2, 40.º n.º 2 e 67.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 64.º, n.º 7, alínea b) da Lei n.º

169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por maioria, com 3 votos a favor da Presidente da Edilidade e dos Vereadores do Partido Socialista e 4 abstenções dos Vereadores do Partido Social Democrata e do Vereador do CDS-PP, deliberou aprovar o proposto.**-----

A Presidente indicou que a Assembleia Municipal deu autorização para a Câmara Municipal definir as peças de procedimento específicas para a abertura do concurso. Apontou que se ia votar: a abertura do concurso público com publicidade internacional, a aprovação das peças do procedimento, a nomeação do júri, a denúncia do anterior contrato que termina a 1 de outubro, a notificação da empresa anterior para retirar os equipamentos até 10 dias após o fim do contrato e posterior entrega à empresa que apresentar a melhor proposta.-----

A Presidente explicou tratar-se de um concurso internacional pelo montante em causa. O Vereador Artur Lima questionou o valor, que a Presidente disse ser de cerca de dezoito mil e quinhentos euros por mês pelo prazo de dez anos. O Vereador José Élio Ventura deu conta de ser a contrapartida financeira paga à Câmara Municipal mensalmente. A Presidente acrescentou que foram acauteladas várias questões levantadas anteriormente, como a manutenção, os cartões cidade, entre outras.-----

O Vereador Luís Brasil confirmou o nome da anterior empresa - RESOP, indagando sobre o local da sede. A Presidente disse ser do continente, acrescentando que a próxima poderá ser de outro país, mas que terá sempre de ter uma sede ou filial em Portugal.-----

O Vereador Artur Lima inquiriu sobre o contrato com a anterior empresa, que a Presidente disse que era renovável a cada cinco anos, estando em vigor há doze. Sobre a fiscalização, a Presidente informou que, segundo a legislação, não poderá ser a empresa a fazê-la, sendo então efetuada pela Câmara Municipal, nos moldes que forem definidos. O Vereador Artur Lima questionou se os dezoito mil euros mensais serão mantidos ao longo do contrato. A Presidente indicou que está prevista a atualização anual, em função dos valores das taxas, havendo o referido valor mínimo de quase dezanove mil euros. O Vereador Artur Lima inquiriu como é que é definido o tarifário. A Presidente respondeu que este é estipulado pela autarquia. O Vereador Artur Lima

questionou se este contrato prevê a proposta do próprio, feita no passado ano, de abertura à Rua Professor Augusto Monjardino. A Presidente assentiu.-----

O Vereador Luís Brasil questionou se a Câmara Municipal recebeu os referidos dezoito mil euros até agora. O Vereador Artur Lima inquiriu qual o valor atual. A Presidente indicou ser de quarenta por cento das receitas, ou seja, aproximadamente dezanove mil euros. O Vereador Luís Brasil questionou quanto é que recebia a Câmara Municipal há alguns anos atrás. A Presidente respondeu que recebia bastante menos, concluindo que este é o valor atualizado. O Vereador Artur Lima indagou o que acontecerá se houver um aumento do número de ruas tarifadas. A Presidente indicou que aumenta o valor em função do aumento das tarifas, de forma proporcional. O Vereador Artur Lima manifestou não concordar com esse valor, ao que a Presidente ressaltou ter sido discutido e aprovado em reunião de Câmara antes de ser remetido à Assembleia Municipal, numa reunião em que o Vereador Artur Lima teve de se ausentar antes do final da reunião. ----

O Vereador José Élio Ventura considerou que o valor não é relevante, uma vez que o mercado é que o determinará em função deste valor base.-----

**Empreitada de reabilitação e criação dos arruamentos do Concelho – Pacote 3 – 2008 – plano de trabalhos e documentos conexos**

Ent. 603 - Informação do CDUIM, confirmada pelo DDSGT, propondo a aprovação do plano de trabalhos e documentos conexos, nos termos do nº5 do artigo 361.º do CCP. Propõe ainda a aprovação das retificações ao traçado da variante Norte à ER nº1-1ª no Raminho. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar o novo plano de trabalhos e documentos conexos, bem como as retificações em causa.**-----

A Presidente indicou que esta alteração vem na sequência de uma proposta da Junta de Freguesia do Raminho para suspensão dos trabalhos e reavaliação do traçado, após a construção de uma nova habitação, acrescentando que o próximo ponto se refere à mesma situação. Concluiu que agora vem nova proposta, de acordo com o que foi solicitado.-----

**Empreitada de criação e reabilitação dos arruamentos do Concelho – Pacote 3 –  
2008 – suspensão parcial do prazo da empreitada**

Ent. 210 - Informação do CDUIM, confirmada pelo DDSGT, propondo a prorrogação da suspensão parcial da execução dos trabalhos da empreitada de “Reabilitação de arruamentos do concelho – pacote 3 – variante à ER nº1-1ª no Raminho” nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do artigo 365.º do CCP, desde o dia 20 de Abril e por mais 30 dias, considerando que se mantêm os pressupostos iniciais que originaram a primeira prorrogação, aprovada em reunião do executivo municipal de 13-02-2012. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a prorrogação da suspensão parcial dos trabalhos da citada empreitada.**-----

**Parecer prévio – aquisição de serviços à Azor Waves**

Ent. 2580 – Proposta da Presidente, datada de 15 de maio, no sentido de ser emitido parecer prévio favorável à aquisição de serviços à Azor Waves – Produção de Espetáculos, Lda, para a organização do Concurso ANGRAROCK 2012, nos termos do artigo 26.º, n.ºs 4 e 8 da Lei n.º 64-A/2011, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, (Lei do Orçamento de Estado para 2012). – **A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou emitir parecer favorável quanto à aquisição do serviço em causa.**-----

A Presidente explicou que este ponto vem na sequência do que foi deliberado na última reunião de Câmara, mas que, atendendo ao valor em causa, de quinze mil euros, terá de ser dado parecer prévio, conforme consta da legislação.-----

**Protocolo entre a RETE - Associação para a Colaboração entre Portos e Cidades e  
o Município**

Ent. 2021 – Comunicação da **Porto dos Açores, S.A.** respeitante à proposta de formalização de protocolo com a RETE – Associação para a Colaboração entre Portos e Cidades, tendo por objeto a cooperação para a difusão e partilha do conhecimento o âmbito das atividades ligadas ao mar e de desenvolvimento das cidades portuárias. Para deliberação da Câmara Municipal, conforme resulta do disposto no artigo 64.º, n.º 4, alínea f), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-

A/2002, de 11 de janeiro. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, concordou com a celebração deste protocolo.**-----

A Presidente indicou que foram convidadas quatro cidades da Região: Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Horta e Ponta Delgada, pressupondo o interesse da adesão a esta associação internacional, que disse não representar qualquer custo.-----

### **Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata**

Ent. 2415 – Recomendação dos Vereadores do Partido Social Democrata, datada de 3 de Maio de 2012, no sentido de a Câmara Municipal estudar a possibilidade de isentar ou reduzir as taxas referentes a obras que se destinem a melhorar a mobilidade de deficientes e idosos em edifícios onde residam. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, aprovou esta recomendação.**-----

O Vereador António Ventura apresentou a proposta, explicando que o primeiro passo será perceber que solicitações têm havido nesse sentido, nos últimos anos e que custos acarretam para a Câmara Municipal, para que se possa deliberar nesse sentido posteriormente.-----

A Presidente ressaltou que tal implica que seja feita uma alteração ao Regulamento Municipal de Taxas, concordando que tem de ser estudado o impacto desta medida.-----

Fora da Agenda

## **DELIBERAÇÕES AUTORIZAÇÕES E LICENCIAMENTOS**

### **Suspensão de Trânsito**

Ent. 2592 – Pedido efetuado pelo **Império do Divino Espírito Santo da Serra da Ribeirinha**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Macela e Terreiro do Paço, freguesia da Ribeirinha, de 25 de maio a 6 de junho de 2012, das 20:00 às 0:30 horas,

destinada à realização das festas em honra do Divino Espírito Santo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. – **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2603 – Pedido efetuado por **Rogério Borges Fagundes**, com vista à suspensão de trânsito no Terreiro, freguesia da Terra Chã, no dia 28 de maio de 2012, das 10:00 às 14:00 horas, destinada à realização do bodo de leite, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2676 – Pedido efetuado pela **Irmandade do Império do Divino Espírito Santo da Feteira**, com vista à suspensão de trânsito na Canada das Mercês, freguesia da Feteira, nos dias 26 e 27 de maio, 2, 3 e 7 de junho de 2012, das 9:00 à 1:00 horas, 25 e 28 de maio e 1 de junho de 2012, das 12:00 à 1:00 horas, 29, 30 e 31 de maio, 4 e 6 de junho de 2012, das 18:00 à 1:00 horas, destinada à realização das festas em honra do Divino Espírito Santo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Policia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2678 – Pedido efetuado pelo **Império do Divino Espirito Santo do Cantinho**, com vista à suspensão de trânsito no Cantinho, freguesia de São Mateus da Calheta, nos dias 2, 3, 4 e 6 de junho de 2012, das 20:30 às 0:30 horas, e 3 de junho de 2012, das 9:00 horas às 13:00, destinada à realização das festas em honra do Divino Espirito

Santo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2690 – Pedido efetuado por **Carmelo Matos da Silva Alves Rodrigues**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Lapa, freguesia da Serreta, no dia 3 de junho de 2012, das 10:00 às 17:00 horas, destinada à realização das festas em honra do Divino Espírito Santo, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2703 – Pedido efetuado por **Nuno Miguel Tomás da Silva**, com vista à suspensão de trânsito na Ladeira do Passinho entre a igreja e o Terreiro, freguesia de São Mateus da Calheta, no dia 3 de junho de 2012, das 10:00 às 13:30 horas, destinada à realização da coroação, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março.-----

O presente pedido vem acompanhado dos pareceres favoráveis da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, da Polícia de Segurança Pública, bem como do Diretor do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

Ent. 2724 – Pedido efetuado por **Irmandade do Império do Divino Espírito Santo do Meio da Rua**, com vista à suspensão de trânsito na Rua da Igreja, freguesia da Ribeirinha, no dia 27 de maio e 3 de junho de 2012, das 10:00 às 14:00, destinada à distribuição dos bodos, para autorização do órgão executivo, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de Março. - **A Câmara Municipal, por unanimidade, autorizou este pedido.**-----

A Presidente deu conta que este pedido também vem acompanhado dos respetivos pareceres favoráveis.-----

### **Período da Intervenção do Público**

A Presidente, após nova saudação aos presentes, passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia da Serreta, Sérgio Manuel Pedro Cardoso.-----

O Presidente da Junta de Freguesia começou por saudar os presentes, passando a chamar a atenção no que concerne aos caminhos agrícolas da freguesia da Serreta. O Presidente da Junta ressaltou o desgaste dos citados caminhos, causado pela passagem de tratores, dando conta dos gastos que a junta de freguesia tem na manutenção dos mesmos. Indicou ainda que a freguesia não foi contemplada pelo IROA, ao contrário por exemplo das Doze Ribeiras, que foi contemplada em parte. O Vereador António Ventura questionou a extensão desses mesmos caminhos, ao que o Presidente respondeu ser de oito ou nove quilómetros. -----

O Vereador António Ventura sugeriu que seja feita uma recomendação ao Governo Regional.-----

O Vereador José Élio Ventura explicou que o IROA intervém no designado perímetro agrário, que disse serem áreas limitadas com um elevado potencial agrícola. Indicou que, há algum tempo, na parte de abastecimento de água e eletrificação, o IROA tem alargado a sua intervenção para além dos perímetros. Deu ainda conta que o IROA intervém, essencialmente, no caminho agrícola, que pode ser principal ou secundário, mas que não tem recursos para fazer caminhos diretamente, acrescentando que é feito o recurso aos fundos comunitários. Apontou de seguida os Recursos Florestais, que intervém nos caminhos rurais e florestais, dando o exemplo de um caminho rural intervencionado nas Doze Ribeiras, através de uma parceria com a Câmara Municipal, com a cedência de alguns materiais. Nesse sentido, considerou que a recomendação ao Governo Regional é pertinente, no âmbito da Secretaria regional de Agricultura e Florestas e não do IROA. Apontou ainda que a assimetria entre as condições dos agricultores das várias freguesias tem vindo a ser continuamente corrigida, destacando, apesar disso, a importância do retorno dos investimentos, daí ser definido um perímetro



de intervenção, que reiterou que tem vindo a ser alargado e criados novos perímetros, apontando não saber se alguma parte da freguesia da Serreta é abrangida por algum destes. Indicou não acreditar que a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, através dos recursos florestais, não tenha feito intervenções na Serreta, colocando a hipótese de os caminhos eventualmente não terem uma determinada qualidade, quando comparados com outros, intervencionados há mais tempo e com outra capacidade produtiva.-----

O Vereador António Ventura questionou sobre o estado de degradação, que o Presidente da Junta de Freguesia disse ser elevado.-----

O Vereador Artur Lima anotou que o Secretário Regional da Agricultura e Florestas anunciou no corrente dia um plano florestal para os Açores.-----

O Vereador José Élio Ventura reiterou a importância do contacto com os serviços de recursos florestais, que disse ter feito intervenções semelhantes, acrescentando ainda que ao nível da Câmara Municipal os recursos não são muitos, mas que não se esquivarão em participar neste tipo de intervenções, nem que seja com máquinas.-----

O Presidente da Junta de Freguesia retorquiu que tem sido a Autarquia a fazer essa manutenção com o pouco dinheiro que tem disponível. Reafirmou a questão dos agricultores desta freguesia serem penalizados, em relação aos outros porque vendem o leite ao mesmo preço.-----

Os Vereadores Artur Lima e António Ventura recomendaram que se fizesse uma exposição à Câmara Municipal, para ser reencaminhada para o Governo Regional, no âmbito do recente temporal.-----

O Vereador José Élio Ventura deu conta que a Câmara Municipal, no âmbito dos estragos agrícolas não terá condições para dar qualquer tipo de compensação. Ressalvou que a Câmara tem reportado diversas situações ao Governo Regional em termos de estragos agrícolas e particulares. Nesse sentido, indicou que a Direção Regional do Desenvolvimento Agrário está disponível para ir ao local e avaliar as

situações mais gravosas. Chamou a atenção para a importância das pessoas reportarem os estragos, para que estes sejam avaliados.-----

O Presidente da Junta de Freguesia da Serreta referiu-se de seguida à questão já anteriormente mencionada nesta reunião, relativa aos trilhos, considerando que a abertura destes seria uma mais-valia para a Freguesia e para o Concelho. Destacou que há muitos trilhos que já pouca gente conhece. A propósito, o Vereador Luís Brasil apontou que, já na década de sessenta, cientistas alemães se referiam ao potencial dos trilhos da freguesia da Serreta. O Vereador acrescentou ainda que há uma portaria que define que os trilhos integrem uma comissão regional de trilhos, ficando estes institucionalizados, marcados e disponíveis para os turistas o ano inteiro. O Presidente da Junta referiu o atual estado dos trilhos e a dificuldade de manutenção dos mesmos.---

O Vereador Luís Brasil recordou que já houve um protocolo com “Os Montanheiros”, retirado posteriormente pelo Governo Regional, que indicava doze trilhos disponíveis na ilha Terceira, em que nove eram no Concelho de Angra, apontando que atualmente tem menos trilhos do que a Praia e que outros concelhos dos Açores. Reportou-se novamente à recomendação do PSD datada de julho do ano transato. A Presidente anotou a dificuldade dos recursos humanos. O Vereador Luís Brasil afirmou que estes eram garantidos pela associação “Os Montanheiros”.-----

Os Vereadores discutiram a beleza de alguns trilhos da ilha, nomeadamente na freguesia da Serreta.-----

A Presidente referiu de seguida a questão da casa mortuária, uma preocupação que disse que tem vindo a ser manifestada pelo Presidente da Junta de Freguesia, que considerou ser uma preocupação legítima.-----

## ENCERRAMENTO

Não havendo outros assuntos a tratar, a Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada. -----

A Presidente da Câmara Municipal,

.....

A funcionária que lavrou a ata,

.....